

PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DE INTERVENÇÃO

Coordenador:

Leila Regina d'Oliveira de P. Nunes (UERJ)

Participantes:

Cecília Guarnieri Batista (UNICAMP)

Enicéia Gonçalves Mendes (UFSCar)

Francisco de Paula Nunes Sobrinho (UERJ)

Maria Amélia Almeida (UFSCar)

Maria Cecília Carareto Ferreira (Universidade Metodista Piracicaba)

Maria do Carmo Coes (UFES)

Paulo Roberto Alcântara (UFPe)

Rosana Glat (UERJ)

Sonia Regina Fiorim Enumo (UFES)

**DELINEAMENTOS DE PESQUISA DE SUJEITO
COMO SEU PRÓPRIO CONTROLE
E SUA APLICABILIDADE NA
ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

*Maria Amélia Almeida
Universidade Federal de São Carlos*

Nunes, Ferreira, Glat e Mendes (1987) ao analisarem a produção científica dos Programas de Pós Graduação em Educação Especial da UERJ e da UFSCar constataram que há um número reduzido de pesquisas de intervenção, ao contrário das pesquisas de levantamento, que somam a grande maioria. A produção científica na área de Educação Especial vem mostrando que os pesquisadores, ao realizarem suas pesquisas de intervenção, se utilizam de diferentes metodologias de pesquisa. Nunes e Nunes (1987) afirmam que estudos experimentais na área de Educação Especial são escassos, se comparados com outros tipos de investigação. Considerando tal lacuna, o objetivo deste trabalho é mostrar as contribuições dos delineamentos de pesquisa de sujeito como seu próprio controle para a área de Educação Especial. O estudo faz uma revisão de pesquisas que empregam delineamentos de linha de base múltipla cruzando com sujeitos para ensinar linguagem, atividades de vida diária, atividades profissionalizantes e atividades esportivas a indivíduos portadores de deficiência mental, conduzidos em situação natural. O estudo discute as principais características desses tipos de delineamento, tais como: medidas repetidas, o sujeito como controle de si mesmo, variabilidade, generalização de resultados, relação funcional e controle experimental e sua relação com a Educação Especial. Dessa forma, conforme indica Nunes e Nunes (1987), os delineamentos de sujeito único, quando utilizados com propriedade em situações naturais, podem responder a defasagem denunciada nas pesquisas de levantamento, uma vez que promovem o atendimento imediato às necessidades das pessoas portadoras de deficiência e ainda contribuem para a produção e socialização do conhecimento.

**CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA DO
AUTOCONTROLE NA SOLUÇÃO
DE PROBLEMAS
DISCIPLINARES NA ESCOLA**

*Francisco de Paula Nunes Sobrinho
Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

Mesmo considerado assunto de relevância educacional, as questões disciplinares na infância raramente são acolhidas como objeto de pesquisa. Atualmente, as queixas

de indisciplina incluem déficit de atenção, dificuldades em manter-se na tarefa, completá-la em tempo previsto, seguir ordens, manifestações de agressividade e escassas habilidades pró-sociais para o trabalho. Com base na demanda (relatos e queixas de professoras da rede pública), foi desenvolvido um projeto de pesquisa aplicada cuja meta principal é garantir a permanência de estudantes, supostamente desviantes, no ambiente da sala de aula regular. Trata-se de um programa para desenvolver habilidades de autocontrole, considerado, no momento, o componente do modelo cognitivo-comportamental mais apropriado e eficaz no atendimento da população infantil afetada. A proposta de intervenção consiste no treinamento de habilidades pró-sociais, entendidas como atos e atitudes cujas conseqüências, a nível social, apresentam uma conotação positiva, de aproximação e colaboração entre indivíduos, de auxílio e solidariedade (Staub, 1979). O programa foi aplicado a 12 crianças de baixa renda, todas freqüentando classes regulares da própria escola e envolvidas em problemas disciplinares. Como parte do tratamento, foram utilizados procedimentos que aumentam a probabilidade de ocorrência de respostas apropriadas no ambiente educacional. Sessões diárias de *video-feedback* associadas ao sistema de fichas foi o procedimento empregado pelos pesquisadores. A partir da linha de base, foram conduzidas 16 sessões experimentais consecutivas. Um delineamento de pesquisa intrasujeitos serviu como arranjo experimental para demonstrar os efeitos da intervenção em ambiente especialmente projetado dentro da escola. Os resultados do estudo indicaram redução de respostas indesejáveis em detrimento de comportamentos pró-sociais, conforme registrados na literatura. Os resultados deste estudo constituem-se, também, em alerta contra a possibilidade de exclusão social das crianças atingidas. (CAPES-PROIN)

**INTERVENÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL - RESULTADOS E REFLEXÕES**

*Cecília Guarnieri Batista
Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação "Prof.
Dr. Gabriel O. S. Porto" (Cepre)
Universidade de Campinas*

Está sendo implementado, desde 1995, o Programa de Desenvolvimento da Criança com Deficiência Visual (Prodevi), com o objetivo de acompanhar o processo de escolarização inicial de crianças com deficiência visual. Esse programa, que envolve pesquisa e intervenção, é parte do Programa Infantil DV do Cepre, que dispõe de uma equipe interdisciplinar para atendimento de bebês e crianças com deficiência visual. Buscou-se, com o Prodevi: a) atendimento em pequenos grupos; b) trabalho

conjunto envolvendo crianças com visão subnormal e crianças que perdem a visão; c) planejamento de atividades semelhantes às de uma escola, com intervenções visando os aspectos cognitivo-linguístico, sócio-afetivo e psicomotor; d) observação sistemática das sessões e avaliações individuais semestrais. O atendimento nesses três anos abrangeu 14 crianças, que tinham de 4 a 8 anos no início do atendimento, das quais 8 foram seguidas por três a seis semestres. Em geral, as mudanças observadas foram mais significativas nas crianças que permaneceram mais tempo em intervenção. Do grupo mencionado, 10 crianças eram do sexo masculino e 4 do sexo feminino. A maioria apresentava visão subnormal em grau leve, algumas em grau severo e três perderam a visão (a ponto de passarem a necessitar alfabetização em braille) ao longo desse período. Algumas tinham outros comprometimentos, levando a atrasos e/ou alterações no desenvolvimento. A análise dos registros permitiu identificar aquisições nos aspectos trabalhados, ao longo do período de intervenção (maior coerência e complexidade de relatos, atenção mais concentrada, maior persistência nas tarefas, maior compreensão e respeito a regras, maior reconhecimento de material escrito, gradual aquisição do conceito de número, maior confiança e sociabilidade, maior respeito a limites colocados pela situação de grupo). Dentre as questões que o programa suscita, estão as seguintes: a) identificação de fatores responsáveis pelas mudanças observadas, uma vez que as crianças recebiam outros atendimentos no Programa Infantil DV e a maioria frequentava escola (pré-escola ou escola de Primeiro Grau); b) aprimoramento dos procedimentos de avaliação; c) levantamento dos fatores que atualmente dificultam a inclusão de crianças com deficiência visual na escola regular; d) significado de um procedimento desse tipo como forma de preparação e acompanhamento inicial do processo de escolarização formal, em contraposição, de um lado, a uma política de inserção estritamente escolar e, de outro, a uma intervenção psicológica mais "clínica".

MODELOS EDUCACIONAIS PARA A DEFICIÊNCIA MENTAL

Enicéia Gonçalves Mendes
Universidade Federal de São Carlos

O objetivo deste estudo foi o de sistematizar as informações da literatura sobre os modelos educacionais para a deficiência mental. O termo modelo refere-se ao modo ou método para a prestação de serviços, ou um sistema com três componentes: os pressupostos que modelarão o tipo de serviço a ser prestado e os resultados esperados, a proposta de intervenção propriamente dita, e os resultados que ele produz em termos de contribuições e limitações para a teoria e prática na educação dos portadores de deficiência mental. Foram identificados e descritos, a partir da literatura existente, sete diferentes modelos: desenvolvimentalista, remediativo-cognitivista, comportamental, psico-educacional, sociológico e sócio-ecológico, surgidos ao longo da história das abordagens

para a prestação de serviços educacionais para portadores de deficiência. Nesta evolução podemos perceber uma grande influência da pesquisa psicológica no campo do ensino-aprendizagem, com ênfase em três grandes tendências embasando os pressupostos teóricos e derivações práticas: a da análise do comportamento, a abordagem desenvolvimental-cognitivista e a teoria da aprendizagem social. Tal quadro de referências tem gerado muita dicotomia, polêmica e antagonismo na área. Os resultados indicam que tal divergência parece estar relacionada às imprecisões inerentes à própria concepção científica de deficiência mental e ao fato de que muitos dos argumentos das correntes teóricas são baseados numa premissa falsa da deficiência mental como um conceito monolítico, e pela tendenciosidade na utilização de determinados sujeitos, procedimentos e delineamentos cujas características sejam convenientes para provar pontos de vistas específicos. O atual estágio da teoria de aprendizagem parece apontar para: a necessidade de um intercâmbio maior entre comportamentalistas e cognitivistas, a falta de superioridade teórica entre as duas abordagens e que o ecletismo às vezes recomendado por educadores especiais significa unicamente a utilização, por questões pragmáticas, de tecnologias de ensino já desenvolvidas por uma ou outra abordagem no ensino de habilidades específicas. Discute-se ainda o fato de que parece insuficiente o debate dos aspectos pedagógicos da deficiência mental em nosso país, o que pode significar o predomínio do modelo clínico e a negligência com os resultados dos processos educacionais para esta população; e a defesa na atualidade do modelo sócio-ecológico embasado numa concepção multideterminista, cuja prática visa a educação para a melhoria na qualidade de vida e a integração do indivíduo na comunidade em que ele está inserido.

TEMPO E ERROS DE RECUPERAÇÃO SIMBÓLICA DE ITENS DE SISTEMA COMPUTADORIZADO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

Leila Regina D'oliveira de Paula Nunes
Daniel Nogueira
Mirna Passos
Ana Paula Magalhães
Soraya Madeira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Fernando Capovilla
Elizeu Macedo
Universidade de São Paulo
Débora Nunes
Ivânia Araújo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O pensamento, enquanto processamento encoberto de símbolos representativos de referentes, dá-se em forma proposicional ou imagética, mas sua expressão na comunicação vocal ou alternativa requer transcodificação baseada no resgate das palavras ou símbolos apropriados

a partir do léxico ou do sistema. O tempo e a precisão de tal resgate variam conforme a organização hierárquica dos conceitos em diferentes redes de categorias semânticas na mente e no sistema. Variam também em função de características como imageabilidade, que decresce de substantivos a verbos a modificadores. O presente estudo, parte de uma série de experimentos fundamentados no paradigma do processamento de informação da Psicologia Cognitiva, avaliou a frequência de erros e o tempo de busca em função da categoria gramatical do item, de sua distribuição nas telas de computador e da ordem das sessões. A tarefa do participante era buscar nas duas telas de cada uma de 12 categorias semânticas desdobradas as figuras cujos nomes eram falados pelo examinador. Participou do estudo um adolescente com paralisia cerebral atetóide de 14a3m, não-alfabetizado e incapaz de articular fala. Análise de covariância do tempo de busca em função da categoria gramatical tendo a distribuição nas telas e a ordem das sessões como covariantes revelou efeitos de categoria gramatical e distribuição nas telas. Testes de comparação de pares Bonferroni revelaram que o tempo de busca para substantivos foi menor do que para verbos que por sua vez foi menor do que para modificadores; e que o tempo de busca de itens na tela 1 foi menor do que o daqueles na tela 2. A mesma análise para frequência de erros revelou efeitos de categoria gramatical e ordem das sessões. Testes de comparação de pares Bonferroni revelaram que a frequência de erros em substantivos foi menor do que em verbos que, por sua vez, foi menor do que em modificadores; e que a frequência de erros em itens na tela 1 foi menor do que aquela de itens na tela 2. (CNPq, FAPERJ, UERJ).

UMA ABORDAGEM PSICOLÓGICA E EDUCACIONAL NO TRATAMENTO DOS SINTOMAS COMPORTAMENTAIS DOS DÉFICITS DE ATENÇÃO

Maria do Carmo Rabelo Coes
Universidade Federal do Espírito Santo

O presente estudo investigou os efeitos de um programa de intervenção psicológica e educacional sobre o comportamento e o desempenho escolar de crianças com sintomas comportamentais de distúrbio de déficit de atenção. Os sujeitos foram catorze crianças de 2ª, 3ª e 4ª séries de 1º. Grau, diagnosticadas como hiperativas. A versão traduzida e adaptada da Escala de Avaliação dos Déficits de Atenção de Steven McCamey (1989) foi utilizada como instrumento complementar de diagnose e de identificação dos comportamentos mais evidentes da amostra. Com base na análise dos itens da escala, avaliados pelos pais e pelos professores (pré-teste), o programa de intervenção, fundamentado em técnicas comportamentais e cognitivas, foi direcionado às crianças e levado

a efeito em vinte e cinco sessões, com vistas à modificação de seus excessos comportamentais e compensação de suas estratégias cognitivas deficientes. Simultaneamente, sessões de treinamento foram realizadas com os pais e professores das crianças-sujeitos, visando familiarizá-los com os objetivos da intervenção e incentivá-los ao uso das estratégias propostas no programa. Uma reavaliação dos sintomas comportamentais (pós-teste) foi conduzida para medir os efeitos da intervenção. Técnicas de análise de variância foram utilizadas para estimar as diferenças encontradas entre o pré-teste e o pós-teste. Os resultados revelaram um efeito significativo da intervenção sobre aspectos comportamentais e cognitivos variados. As implicações desses resultados para a prática e para a política da educação especial são discutidas.

A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO E A PRÁTICA EDUCATIVA COM DEFICIENTES MENTAIS

Maria Cecília C. Ferreira
Universidade Metodista de Piracicaba

O presente trabalho problematiza o distanciamento, com que a educação de pessoas com deficiência mental tem sido realizada, em relação à necessidade de inserção e participação efetiva destas pessoas na vida em sociedade. O distanciamento e a necessidade a que nos referimos são tomados, tendo como pressuposto que desenvolver significa apropriar-se de formas culturalmente maduras de atividades humanas sendo que ao fazê-lo o indivíduo vai construindo suas capacidades assim como as funções psicológicas superiores e que para fazê-lo está na dependência de uma vida que garanta experiências significativas no contato com outros indivíduos. Esta problematização teve início em uma análise das ações educativas desenvolvidas nas escolas especiais para alunos deficientes mentais, que realizamos no início dos anos noventa. Neste estudo, a análise foi feita numa perspectiva sócio-histórica e evidenciou uma prática educativa fragmentada, artificializada, orientada para o treino das funções psicológicas elementares e propedêutica. Subjacente a esta prática percebemos uma concepção de desenvolvimento humano onde o indivíduo é visto como inserido numa ordem naturalista na qual a relação homem-meio é tida como uma relação de adaptação e onde meio não passa para além de ser o mundo das coisas, gerando uma perspectiva de que o desenvolvimento se reduz a somatória das aprendizagens ocorridas, não se fazendo distinção entre os processos de desenvolvimento e de aprendizagem. Do ponto de vista do processo educacional vamos ver que ele é orientado pelo "déficit" o que torna quase impossível à pessoa com deficiência mental desenvolver-se na esfera das funções psicológicas superiores, uma vez que no cotidiano destes indivíduos,

as escolas envolvem-se em atividades de propor ações descontextualizadas da cultura e de significados historicamente construídos, levando ao limite do intolerável a repetição destas ações e mantendo de forma generalizada atitudes, linguagens e propostas educativas infantilizadas. Em especial, constatamos o quanto a linguagem, nos processos de ensino deste modelo educacional está dissociada de significação e de uma real interlocução; o espaço de interlocução é reduzido a algumas ordens ou instruções simples, num processo empobrecedor do desenvolvimento de recursos semióticos. A superação deste modelo pressupõe também reequacionar a concepção de desenvolvimento psicológico, pois, a partir desta concepção há possibilidade de se orientar novos objetivos educacionais, novas possibilidades de instrução e construirmos um outro projeto educacional para pessoas deficientes mentais.

INSTRUÇÃO ANCORADA BASEADA EM VIDEO VERSUS INSTRUÇÃO AO VIVO NO DESEMPENHO DE TRABALHO INDEPENDENTE DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

*Paulo Roberto de Carvalho Alcantara
Universidade Federal de Pernambuco*

O estudo explorou o uso de tecnologia de vídeo como uma abordagem alternativa para ensinar habilidades de trabalho a estudantes com necessidades especiais. Dentro do contexto de habilidades de trabalho, os efeitos da instrução ancorada em ambientes simulados foram comparados com os efeitos da instrução ao vivo. Esta investigação usou um esquema de alternância de tratamentos (*alternating treatments design*) através de seis estudantes e dentro de duas tarefas de trabalho. Em adição, provas de generalização em ambiente natural foram conduzidas. As metas específicas da pesquisa foram: (a) comparar a efetividade da instrução baseada em vídeo fornecida na escola com a instrução ao vivo para ensinar o desempenho de trabalho independente a estudantes com necessidades especiais; (b) avaliar a generalização das habilidades treinadas em ambientes naturais para os dois procedimentos; (c) avaliar a eficiência dos dois procedimentos em termos do número de sessões, número médio de respostas corretas, tempo de instrução e de transporte necessários para se alcançar o critério educacional; e (d) examinar os efeitos das tarefas na aprendizagem. Os resultados indicaram que desconsiderando a tarefa de trabalho, quando os estudantes receberam treinamento em instrução ancorada baseada em vídeo, eles desempenharam mais passos corretos e necessitaram de um número menor de sessões de treinamento para alcançar o critério educacional. Em contraste, estudantes treinados com instrução ao vivo demonstraram um maior desempenho

de passos corretos generalizados. Baseados nestes resultados, recomendações para pesquisa futura são delineadas.

AUTO-PERCEPÇÃO DO INDIVÍDUO EXCEPCIONAL

*Rosana Glat
Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

A representação social e a concepção clínica tradicional sobre os portadores de deficiências é de indivíduos com desenvolvimento biopsicossocial prejudicado e/ou deficitário, na maioria das vezes inconscientes de sua própria condição patológica, e geralmente alienados da rotina de interação social. Assim sendo, a auto-percepção e visão de mundo destes indivíduos raramente são levadas em consideração na elaboração de teorias sobre a excepcionalidade e no planejamento e implementação de programas de atendimento. Entretanto, têm sido demonstrado que estas pessoas têm sua própria compreensão sobre si mesmas, sua situação e suas experiências, a qual é, frequentemente, distinta da perspectiva dos profissionais. O presente trabalho visa questionar o paradigma tradicional da suposta "psicologia do excepcional", a partir de dados obtidos em uma série de pesquisas brasileiras recentes, cujo objeto de estudo é a auto-percepção de indivíduos com deficiências, através de seus depoimentos pessoais. Os estudos que compõem esta linha de pesquisa, embora apresentem uma diversidade em termos da população estudada, do referencial teórico e da metodologia utilizada, têm como eixo comum o olhar e a escuta dos próprios sujeitos pertencentes ao grupo estigmatizado, em vez dos profissionais que os rotulam. As populações alvo destes estudos incluem portadores de deficiência mental, surdez, cegueira, e paralisia cerebral, e os procedimentos metodológicos se basearam em entrevistas abertas (método de História de Vida) ou semi-estruturadas. A análise crítica destes trabalhos permite vislumbrar o complexo processo de construção de identidade pessoal em pessoas socializadas em condições de estigma, os padrões de relacionamento inter e intragrupal, assim como as estratégias (bem ou mal sucedidas) que estes grupos se utilizam para ajustamento e inserção na sociedade excludente. Sob a ótica de um paradigma psicossocial, a deficiência é vista como um fenômeno socialmente construído, e portanto passível de des-construção. Esta linha de investigação tem importantes implicações e desdobramentos não apenas sob o aspecto da produção de conhecimento, mas sobretudo para formação e capacitação de recursos humanos, suscitando uma reflexão sobre o redimensionamento e transformação do papel do psicólogo no atendimento a esta clientela (CNPq).

**ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM
PREVENÇÃO SECUNDÁRIA DE DEFICIÊNCIAS:
UMA EXPERIÊNCIA NO CURSO DE
PSICOLOGIA/UFES**

*Sônia Regina Fiorim Enumo
Universidade Federal do Espírito Santo*

A prevenção tem sido indicada como a única solução eficaz e viável economicamente para o atraso do desenvolvimento infantil nos países em desenvolvimento como o Brasil. Uma medida preventiva possível no contexto local foi a proposição de um programa de intervenção psicológica precoce junto à comunidade, via serviços como o Aconselhamento Genético (SAG) da UFES, através de atividades de avaliação do desenvolvimento infantil e de orientação da família, na área de estimulação precoce ou promoção do desenvolvimento. Concomitantemente, visou-se a capacitação de alunos de Psicologia em prevenção secundária de deficiências, por meio de diagnóstico precoce e atendimento imediato dos casos de atraso/distúrbios no desenvolvimento. Propôs-se, assim, um programa multidisciplinar de ensino, pesquisa e extensão para capacitação de alunos de Psicologia em prevenção secundária de deficiências, visando a identificação precoce e o pronto atendimento de casos de atraso/distúrbios no desenvolvimento. Participaram, desde ago/94, 25 alunos em estágio supervisionado, atendendo 57 crianças e adolescentes com atraso no desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem, distúrbios de com

portamento, doenças crônicas, deficiência mental, associada ou não com deficiência visual, surdez, paralisia cerebral e/ou autismo, e suas famílias, totalizando mais de 100 pessoas da comunidade. Foram realizados 5 sub-projetos- 4 em colaboração com 6 docentes dos Laboratórios de Educação Especial dos Centros Pedagógico e Educação Física, e o Serviço de Aconselhamento Genético: LAEFA, LAED, Classe Especial, SAG e Atendimento Domiciliar. Este último, a título de exemplo, envolveu 4 programas: a) Avaliação do Desenvolvimento Infantil, através de entrevistas com pais e professores, observação na escola, aplicação das Escalas Bayley de Desenvolvimento Infantil e do Inventário Portage; b) Orientação de Pais sobre as atividades de estimulação do desenvolvimento, em visitas semanais às residências, e reuniões quinzenais com todos os pais; c) Integração e Socialização Infantil através de reuniões quinzenais com as crianças e suas famílias; d) Estudos Integrados sobre Comportamento e Saúde, com reuniões quinzenais entre participantes de todos os estágios, projetos de pesquisa e de extensão na área. Foi realizado, assim, com uma ampla faixa etária e diversos tipos de distúrbios, um projeto que gerou conhecimento em várias subáreas da Psicologia, possibilitando a apresentação de 13 trabalhos em congressos locais, nacionais e internacionais, um capítulo de livro, um projeto de pesquisa e um vídeo. Além dos aspectos metodológicos, discute-se o processo de adesão das famílias e sua importância num enfoque biopsicossocial, bem como a proposta de integração das atividades de ensino-pesquisa-extensão no contexto da Universidade. (UFES/PROEX)